

MINISTÉRIO DA SAÚDE
CONSELHO NACIONAL DE SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SAÚDE
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

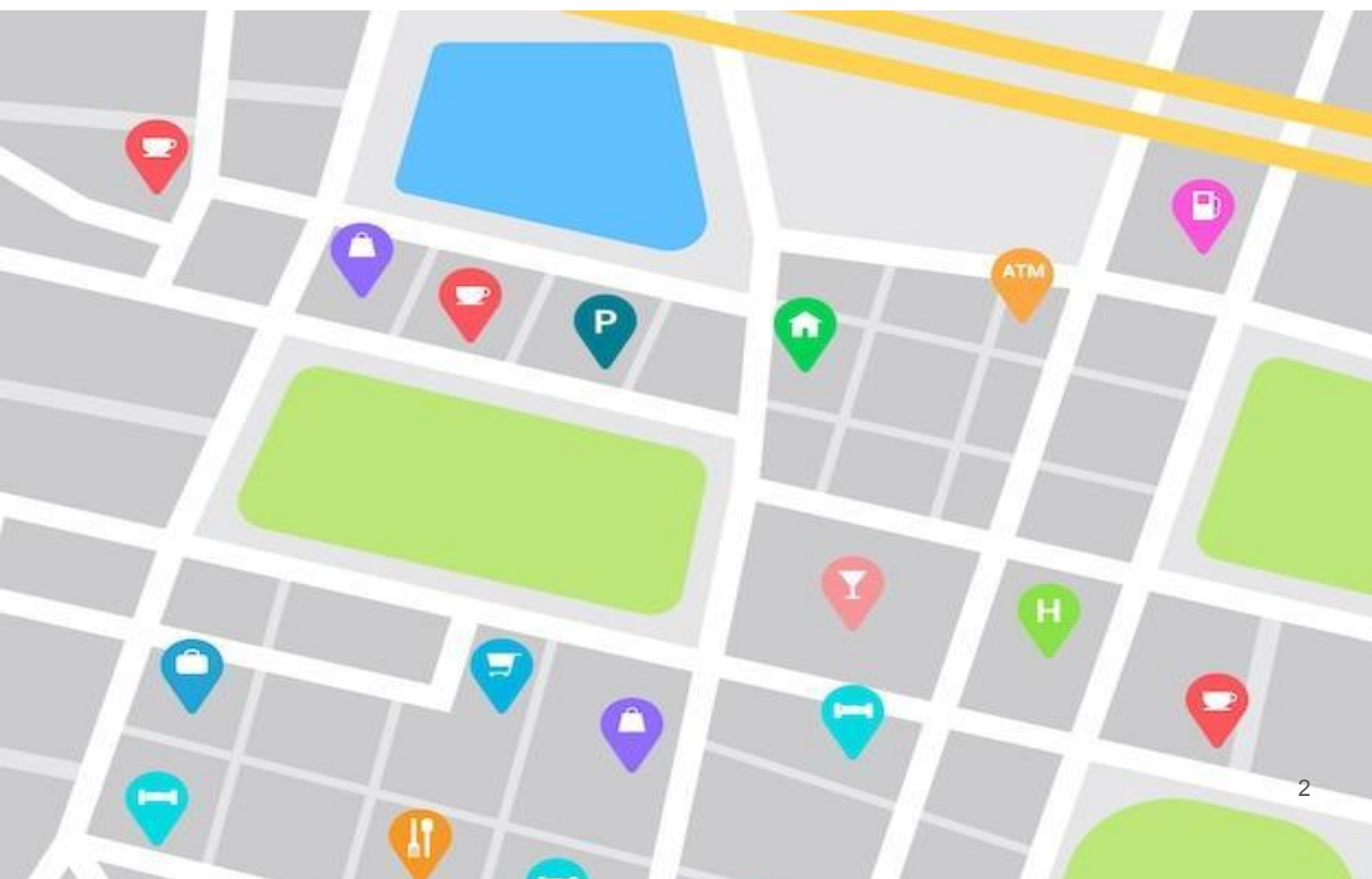
MAPEAMENTO DE RISCOS E VULNERABILIDADES DO TERRITÓRIO

TEXTO COMPLEMENTAR

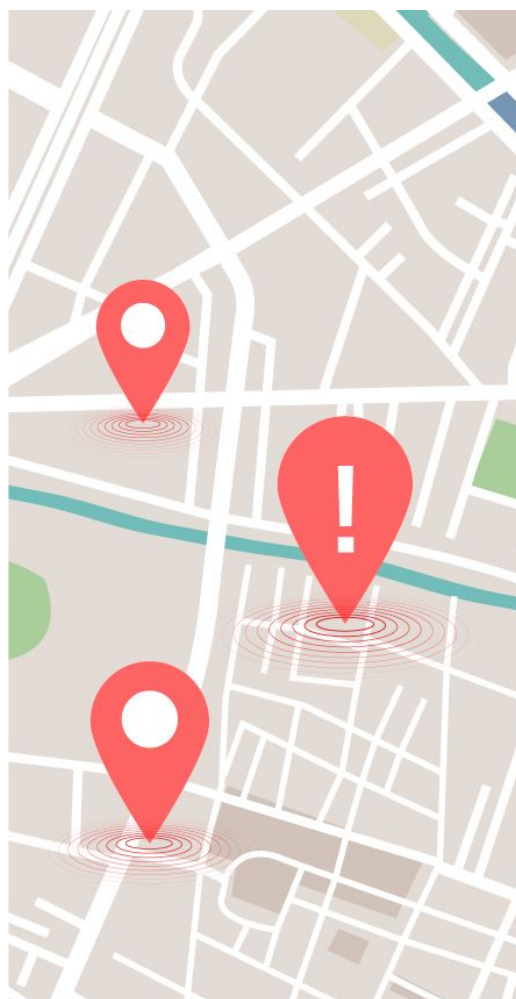


A Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) elege o atendimento integral à saúde da população de territórios delimitados, como objeto de atuação dos profissionais das Unidades Básicas de Saúde (UBS), apresentando-se como um espaço privilegiado para o exercício de práticas de Vigilância em Saúde (BRASIL, 2017).

O mapeamento de riscos e de vulnerabilidades do território circunscrito, a uma UBS, deve basear a classificação e a estratificação de risco, analisando os riscos individuais e coletivos de cada família, que deve envolver a análise do perfil epidemiológico, a identificação do perfil sociodemográfico da população e o perfil das atividades econômicas existentes no território, bem como os riscos advindos dessas atividades.



Deve considerar, ainda, a sazonalidade de doenças; os ciclos produtivos; os ciclos de vida; a ocorrência de surtos; as epidemias (ou eventual situação de emergência em saúde pública); os vazios sanitários, no que se refere à oferta de serviços; e à capacidade instalada, mensurando-os e quantificando-os, no sentido de compor microáreas com distribuição de recursos humanos, financeiros ou de atenção necessários, atentando-se ao nível de vulnerabilidade. (BRASIL, 2018).



Assim, para o levantamento da situação de condições de vida e de saúde da população dos territórios, os Agentes e demais integrantes das equipes de saúde na APS desenvolvem, principalmente, o processo de territorialização, que possibilita conhecer as singularidades da vida social e as necessidades em saúde da população. Para a programação de ações e a gestão do território - segundo a lógica de relações entre condições de vida, saúde e acesso às ações e serviços de saúde -, realiza-se a demarcação de limites das áreas de atuação dos serviços (PESSOA *et al.*, 2011; GONDIM *et al.*, 2008).

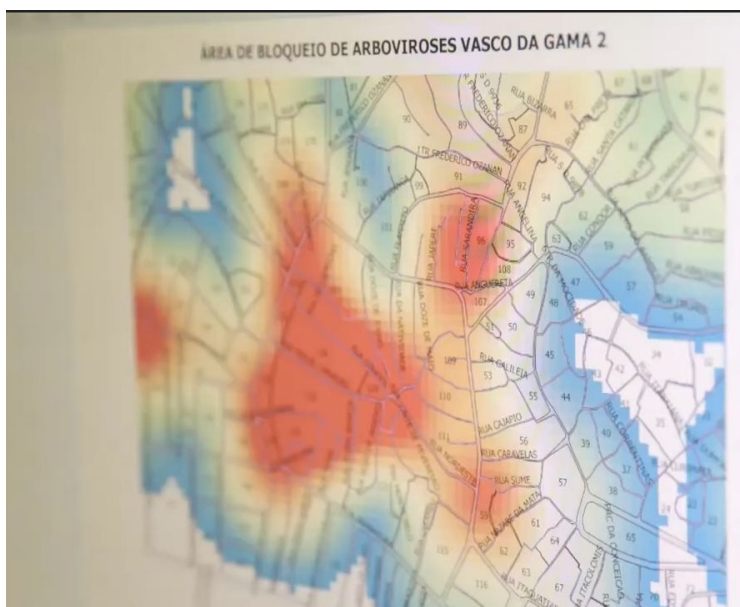
Nos territórios adscritos aos serviços e ações das equipes de APS e Vigilância em Saúde, as Técnicas de Levantamento das Condições de Vida e de Saúde compreendem o trabalho de campo, que possibilita a coleta das informações, para obtenção de um diagnóstico local.



Assim, os profissionais envolvidos, em especial, vocês, Agentes deverão realizar:

A identificação das micro áreas de risco e, para isso, utilizar ferramentas para classificação e estratificação de risco e levantamento dos agravos populacionais, considerando a divisão de áreas por risco.

A Aplicação das fórmulas para divisão de áreas, considerando risco das famílias (organizando-as em blocos e distribuindo-as em microáreas), e confeccionar o mapa do território com dados sócio ambientais e sanitários (permitindo um melhor foco nos problemas), assim como desrever os riscos individuais, familiares e coletivos.





Os Agentes são os trabalhadores nos territórios da APS, que possuem maior contato com o território e a população, por isso, são os profissionais indicados pela equipe da ESF, para registrar mudanças espaciais e agravos em saúde (KLEBIAN; ACIOLI, 2014). Sendo assim, o apoio matricial em Vigilância em Saúde deve ser operacionalizado, de modo a promover um planejamento que considere a soma das tecnologias da Vigilância em Saúde e a reformulação dos processos de trabalho, considerando as seguintes atribuições mínimas:

I - análise da situação de saúde dos territórios locais/regionais, incluindo análise de tendência, fatores condicionantes e determinantes, situações de vulnerabilidade e suscetibilidade de grupos populacionais e do meio ambiente;

II - apoio às equipes no planejamento das ações de Atenção, Vigilância e Promoção à Saúde, subsidiando-as na construção de planos de intervenção;

III - articulação das ações coletivas, incluindo as relacionadas ao meio ambiente;

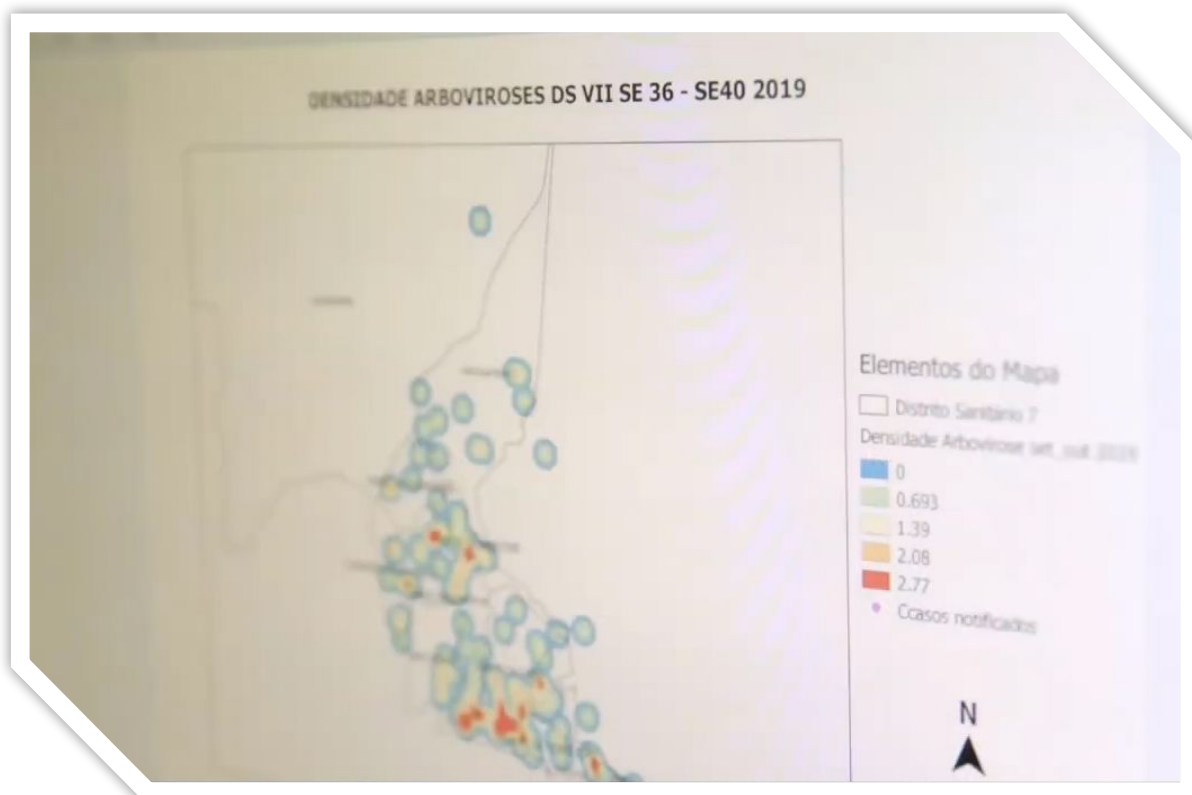
IV - articulação e apoio à implementação da estratégia de gerenciamento do risco individual e coletivo (BRASIL, 2013).

Para o levantamento das condições de risco, a atividade de campo inclui o cadastramento familiar, momento em que, em visita familiar, no domicílio do usuário, é possível realizar o cadastro dos indivíduos e das famílias no SUS. A Visita Domiciliar (VD) também é realizada para acompanhamento de usuários já cadastrados. Nesse caso, os ACEs contribuem com essa etapa, pois, em seu processo de trabalho, realizam o cadastramento e a atualização da base de imóveis, para o planejamento e a definição de estratégias de prevenção, de intervenção e de controle de doenças, com a atualização dos mapas de reconhecimento geográfico, assim como propõem novas metodologias de intervenção, para a prevenção e o controle de doenças. (CONASS, 2017).

O trabalho dos Agentes em campo também pode incluir a compreensão dos problemas de saúde das famílias e das populações, além da observação exclusiva dos fatores associados às endemias, como: ações de campo para pesquisas entomológica (insetos), malacológica (moluscos); coleta de reservatórios de doenças; e ações de controle de doenças, utilizando as medidas de controle químico, biológico, manejo ambiental ou ações de manejo integrado de vetores. (COSTA, 2020; BARCELLOS e ROJAS, 2004)



Para que Ações em Saúde e de Vigilância em Saúde sejam desenvolvidas, devem-se respeitar as etapas que a territorialização exige. O processo de territorialização permite o acesso da equipe de saúde às características do território e de sua população (MÔRA *et al.*, 2013). Deve-se ressaltar, que o território está em constante processo de transformação (território vivo), e isso implica a necessidade de as equipes de saúde manterem atualizados os dados do território (BISSACOTTI; GULES; BLÜMKE, 2019). Aliado ao processo de territorialização, a etapa de levantamento do perfil territorial e ambiental (a geografia, o ambiente e as delimitações do território devem ser descritas em um mapa), é singular nesse momento, para a atuação do Agente, que será responsável pela primeira abordagem junto à comunidade, e sua respectiva coleta de dados para o planejamento local.



DISQUE SAÚDE 136

Biblioteca Virtual em Saúde do Ministério da Saúde
bvsmms.saude.gov.br



MINISTÉRIO DA
SAÚDE

